



Boletim Cultural Digital

O Marambiré

Arte – Cultura – Folclore – História – Literatura – Meio Ambiente



ANO I – NÚMERO 8 • 10 DE AGOSTO DE 2011 • EDITOR: LUIZ ISMAELINO VALENTE • E-MAIL: ISMAELINO@TERRA.COM.BR

Adesão do Pará à Independência do Brasil – o *blefe* de Greenfell



O painel **A Adesão do Pará à Independência do Brasil** (1971), obra da pintora alenquerense **Anita Panzuti** (com a colaboração da pintora Betty V. Santos), ornamenta o hall de entrada do Palácio Cabanagem, sede da Assembléia Legislativa do Estado do Pará: à esquerda, o bispo Dom Romualdo Coelho assina a proclamação da adesão do Pará à Independência (v. detalhe na página 2); ao centro, uma evocação do Palácio do Governo (mais tarde denominado Palácio Lauro Sodré); à direita, o brigue Maranhão, com que o capitão John Pascoe Greenfell ameaçou bombardear Belém caso os paraenses não aderissem de imediato à Independência do Brasil.

Depois do Grito do Ipiranga em 7 de setembro de 1822, quando Dom Pedro proclamou a Independência do Brasil, as províncias do Norte não aderiram de pronto à nossa separação em relação a Portugal.

Em Belém do Grão-Pará, em que pese o entusiástico apoio popular à Independência do Brasil, manifestado por muitos paraenses liderados, dentre outros, pelo cônego Batista Campos, o governo provincial continuou sob o controle de portugueses contrários à Independência do país.

O almirante inglês Lord Thomas Cochrane, a quem Dom Pedro passara o comando da Marinha do Brasil, foi encarregado, pelo Imperador, de subjugar as províncias recalcitrantes do Norte e delas obter a formal adesão à Independência.

Depois de obter a adesão do Maranhão, o almirante Cochrane enviou ao Pará o seu compatriota capitão John Pascoe Greenfell, com a incumbência de arrancar dos paraenses a adesão à Independência do Brasil.

Greenfell chegou ao Pará no brigue *Maranhão* (fundado em frente a Salinas, segundo alguns historiadores, ou em plena Baía do Guajará, segundo outros), e, então, expediu, no dia 11 de agosto de 1823, correspondência ao Conselho do Governo da província, ameaçando isolar e bombardear Belém, caso o Pará não aderisse de imediato à Independência do Brasil.

Greenfell, na verdade, blefava, pois tinha, sob o seu comando, apenas o brigue *Maranhão* e não uma frota com força bélica capaz de concreti-

zar a ameaça de subjugar a capital paraense. O blefe de Greenfell, porém, foi eficaz: desconhecendo o real poder de fogo do capitão inglês, o Conselho do Governo da província paraense reuniu-se imediatamente (aliás, não só considerando a ameaça de Greenfell, mas, também, a pressão dos partidários da emancipação do Brasil), e, nessa mesma noite de 11 de agosto de 1823, deliberou aderir à Independência do Brasil.

A proclamação da Adesão do Pará à Independência do Brasil, contudo, somente se efetivaria dias após. O dia 15 de agosto de 1823 é comemorado, há muitas décadas, como o Dia da Adesão do Pará à Independência do Brasil, muito embora a Ata da Proclamação esteja datada de 16 de agosto do mesmo ano.

Curiosamente, uma das maiores homenagens já prestadas à Adesão do Pará à Independência do Brasil leva a inconfundível assinatura da artista plástica Anita Panzuti (natural de Alenquer, onde veio ao mundo em 18 de agosto de 1920, com o nome civil de Ana Marques Batista, passando a se assinar Anita Panzuti depois do seu casamento com o médico de ascendência italiana Dr. Nicolau Biagio Panzuti).

De fato, é de autoria da alenquerense Anita Panzuti (com a colaboração da pintora Betty Santos), o magnífico painel denominado “A Adesão do Pará à Independência do Brasil”, pintado em 1971 e que ocupa toda a parede de fundos do amplo *hall* de entrada do Palácio Cabanagem,

sede da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, em Belém.

O referido painel, por si só, revela o imenso talento da artista alenquerense e retrata, com rara inspiração e maestria, de um lado, o momento em que o bispo Dom Romualdo Coelho assina a proclamação da adesão do Pará à Independência do Brasil; ao centro, o imponente Palácio do Governo (mais tarde Palácio Lauro Sodré), e, do lado direito, o galhardo brigue *Maranhão*, com que o capitão Greenfell ameaçou bombardear Belém e, assim, obteve a adesão dos paraenses à Independência do Brasil.

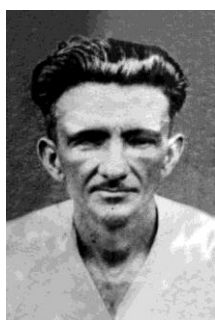
O boletim **O Marambiré** presta, nesta edição de agosto, dupla homenagem: à adesão do Pará à



Detalhe do painel “A Adesão do Pará à Independência do Brasil”: momento em que o bispo Dom Romualdo Coelho assinava o histórico documento.

Independência do Brasil e à artista alenquerense Anita Panzuti, que, por sinal, no dia 18, completa 91 anos de uma existência fecunda e marcada por um excepcional e reconhecido talento artístico.

Semana do centenário de nascimento de Joaquim Valente



Joaquim Santana Valente nasceu no quarteirão Cucuí (então integrante do território do município de Alenquer), em 26 de julho de 1911.

A data assinala o dia de São Joaquim e de Nossa Senhora Santana, avós de Jesus Cristo. Por esse motivo recebeu o nome de Joaquim Santana esse filho do casal Theodozio Baptista Bentes Valente e Otília Duarte Valente.

Joaquim fez seus estudos primários no Grupo Escolar “Fulgêncio Simões” e casou-se com Danalba Barbosa de Melo (filha do maestro Gratuliano Barbosa de Melo, o Mestre Grato, competente diretor da Escola de Música de Alenquer e regente da Banda Municipal). Dessa união, nasceram os filhos: Rosemary, Roselita, Rosemar, Joaquinzinho (*in memoriam*), Fátima, Izolina e Rubilar.

Na vida particular, Joaquim Valente dedicou-se ao trabalho da pecuária

e à agricultura, passando boa parte de seu tempo em sua propriedade na colônia Morros, em Alenquer.

Na vida pública, foi administrador do Trapiche Municipal na gestão do prefeito Amadeu

Simões (1938-1939) e administrador do Mercado Municipal no governo do médico Edgar Bentes Rodrigues (1943-1944).

Por motivos familiares, mudou-se para a cidade de Afuá, onde exerceu várias atividades, regressando, anos depois, a Alenquer, onde então fixou residência definitiva.

Em 1958 foi eleito vereador pelo Partido Social Progressista, exercendo o mandato de 31/01/1959 a 31/01/1963. Em 1962 foi reeleito, desta vez pela Coligação Democrática Paraense, para o seu segundo mandato, iniciado em 31/01/1963 e



Escola Municipal de Ensino Fundamental “Vereador Joaquim Valente”

brutalmente interrompido no começo da noite sem lua de 12 de maio de 1964: por motivos políticos, na sequência dos infaustos acontecimentos desencadeados a partir do movimento militar de 31 de março daquele ano, um tiro de revólver – um só tiro, disparado de longa distância – atingiu Joaquim Valente pelas costas, transfixando-lhe o pulmão e ceifando-lhe a vida aos 52 anos de idade.

Joaquim Santana Valente foi um homem de bem e exemplar pai de família. Seu maior sonho e sua luta era ver Alenquer crescer e se

desenvolver material e culturalmente, almejando a seus conterrâneos uma vida melhor e mais digna, sob o pálio da lei, da Justiça, do trabalho honesto e do amor à família e aos amigos. Sua memória ficou

perpetuada na fachada da Escola Municipal do bairro do Aningal que leva o seu nome – “Vereador Joaquim Valente” – e o seu exemplo de vida frutificou na comunidade aningalense, que celebrou, com

justificado orgulho e merecido respeito, no mês passado, o centenário de nascimento do seu inesquecível patrono. O boletim **O Marambiré** presta também a sua homenagem a esse vulto notável de Alenquer.

(Re)descobrimo F. Gomes de Amorim (VIII) – sobre o Curumu

“A 2 ou 3 quilômetros por trás da vila de Alenquer, situada num braço do Amazonas e próximo do formoso lago (*sic*) do Surubiú, está o Curumu, não menos pitoresco, porém mais pequeno do que aquele.

Os lagos do Brasil não têm uma largueza correspondente aos seus rios e florestas, e são sem dúvida inferiores aos dos Estados Unidos da América; mas são muito mais numerosos e ainda assim parecem alguns deles verdadeiros mares interiores. Diz Baena, no seu *Ensaio Corográfico da Província do Pará*, que se lhes pode chamar, falando com propriedade, de ‘mediterrâneos de água doce’.

Da vila de Monte Alegre (Paricatuba ou lugar da acácia) até à de Óbidos há um sistema complicadíssimo de lagos, pegando quase todos uns aos outros, comunicando-se e ocupando o espaço de muitas léguas, que dá à margem do Amazonas, subindo, o aspecto de uma planície imensa coberta de verdura e água.

Uma extensa muralha de arvoredo, que ora se engrossa ora se adelgaça, separa os lagos do grande rio, sem que eles deixem de seguir-lhes todas as ondulações. Parece que são formados pelas águas do Amazonas infiltradas através de suas margens porosas; e isso afigura-se-me tanto mais provável que quando baixa o rio desaparecem alguns lagos. O Curumu, que não comunica suas águas com as deles, derrama-se no furo de Alenquer, por um canal que deságua 2 quilômetros quase abaixo da vila. As margens deste lago, apesar de arenosas, dão vida às mais belas plantas. A floresta, em alguns sítios, avança com as suas árvores potentes e os seus cipós floridos até ao seio das águas; noutros, afasta-se, deixando apenas de longe em longe um grupo de cajueiros, uma palmeira elegantíssima, ou uma agigantada sumaumeira, algumas acácias colossais, para conservar sempre as relações grandiosas que ali existem entre o mundo vegetal e o mundo aquático. Em cada pequena enseada, uma casinha de terra e de folhas pindoba, com teto e paredes cobertas de graciosas passifloras, advinha-se, mais do que se vê, pela canoazinha que em frente



O lago Curumu teve a sua paradisíaca paisagem imortalizada por Francisco Gomes de Amorim na peça teatral O Cedro Vermelho.

ao porto se balouça nas ondas. Aqui e ali a garça branca ou real, o maguari, o carará ou a ave gigante chamada jaburu permanecem longas horas imóveis ou passeiam com o ar grave e solene de sentinela que vigia o templo. Os pequenos canais, por onde as embarcações se aproximam das casas, estão, de um lado e outro, tapetado de mururé (*Nynphea*), que abre aos primeiros raios do sol as suas flores amarelas, brancas ou vermelhas. O peixe salta de contente a cada instante; os veados, as pacas e as cutias debruçam-se, bebendo perto das habitações; as jovens tapuias cismam, contemplando o rosto no espelho do lago, e o viajante, assombrado e como que preso a tudo o que cerca, sente vagos desejos de terminar ali as suas peregrinações, atar a rede à sombra hospitaleira do tejupar da índia, e esperar, tranquilo e feliz, que o façam esquecer que teve outra pátria.”

(Francisco Gomes de Amorim – *O Cedro Vermelho*, 1856, nota 17).

“Os pintores que tem ido ao Brasil ou os que ouvem descrever a majestade de seus bosques, pensam que bastam dois troncos saindo de entre ramarias confusas; uns calabres de nora, e outros cabos de andaime, cruzados sobre eles, para fingir cipós, e a um canto três ou quatro folhas, que detém ares de bananeiras ou palmeiras, para se fazer ideia de uma selva primitiva! Ah! Se eles compreendessem que diferença vai do vivo ao pintado! Se soubessem que apesar do emaranhado inextricável das matas brasileiras, cada planta sustenta ali suas formas puras e distintas, as suas folhas, flores, frutos e cores, que se não confundem nunca; se refletissem que na criação tudo é ordem e harmonia, fariam retirar dos seus jornais e livros de viagens aqueles borrões informes e empastados, sem detalhe, sem graça, sem ciência e sem verdade, por baixo dos quais escreveram confiadamente: *La forêt vierge!*” (F. Gomes de Amorim – *O Cedro Vermelho*, 1856, nota 2).



"O passado, o presente e o futuro não passam de aspectos diferentes, gravuras diferentes de um registro contínuo e universal de existência perpétua"

(<http://ohomemriodebenedicto.blogspot.com>)

“OS GRANDES PROJETOS E O AUTORITAIISMO – O certo é que a construção das estradas Belém-Brasília e Transamazônica e da Hidrelétrica de Tucuruí transformaram profundamente a economia do Estado do Pará. Os grandes projetos minerais ou agrominerais vieram objetivar essas transformações. A Transamazônica, a Hidrelétrica de Tucuruí e o Projeto Carajás são responsáveis pela transformações, principalmente no Sul do Pará, onde foram criadas dezenas de novos municípios, cidades e centenas de povoações. Por exemplo, na região da calha Norte do rio Amazonas, onde ainda não chegaram as estradas federais, o Projeto Trombetas de bauxita e o Projeto Jari de celulose e caulim ocasionaram transformações de ordem econômica e social. A pesquisadora Rosineide Bentes conclui seus estudos pensando que ‘o estilo de ocu-

À moda de Benedicto Monteiro

pação dos grandes projetos é característico da forma de ocupação do capital monopolista internacional. E se torna possível não só pela conjugação de interesses com empresários e banqueiros brasileiros, seus aliados, como em grande parte pelas políticas governamentais, afinadas com tais interesses.’

A consequência dessas políticas traçadas autoritariamente para a Amazônia e para o Pará, sem atentar para os interesses do povo paraense, foi o esvaziamento econômico e político do Estado que tem tudo, potencialmente, para ser um dos mais desenvolvidos do país. E o que é pior, deixou Belém, a sua capital, completamente fora das rotas dos negócios e até mesmo da simples visitação turística.”

(Benedicto Monteiro – **História do Pará**, 2006, p. 69).

COMENTÁRIO DO EDITOR

Hoje como ontem, a roda do autoritarismo continua em seu insensível e terrível movimento. O projeto da Hidrelétrica de Belo Monte, em Altamira, já está sendo executado pelo governo federal a toque de caixa e ao arripio dos cuidados e precauções requeridos pelas profundas alterações ecológicas, econômicas e sociais que advirão, inexoravelmente, da implantação desse portentoso empreendimento energético – o que só vem confirmar a correta visão pedagógica de Benedicto Monteiro.

O projeto Belo Monte é um exemplo cabal de ineficiência energética (produzirá, em média, apenas 39% da eletricidade que promete), é absurdamente caro (custará cerca de R\$ 30 bilhões, dos quais 80% são dinheiro do povo, a ser desembolsado pelo BNDES) e foi imposto pelo governo federal através de um processo brutal de sucessivas violações da legislação e da Constituição nacionais e de acordos e tratados internacionais.



O mais grave de tudo, porém, é que o projeto de Belo Monte vai arrebentar com a vida dos povos, da fauna e da flora do Xingu, destruindo e secando parte de um dos mais belos e ricos rios do mundo e transformando a região em terra arrasada.

Não é à toa que Altamira foi campeã de desmatamento nesse primeiro semestre de 2011: as máquinas já estão escavando desenfreadamente o solo nas cercanias das barrancas do Xingu.

Ao lado disso, está na ordem do dia o radical fatiamento do território do Estado do Pará, que começará a ser decidido por via plebiscitária em dezembro deste ano para a constituição de mais duas novas unidades federativas.

Sem adentrar, por enquanto, no mérito da questão (que deve ser examinada com o maior cuidado e o máximo rigor), uma coisa é certa: o sentimento separatista, especialmente o que medra atualmente no Sul do Pará, é mais um dos funestos resultados da política autoritária de implantação de grandes projetos no Estado do Pará.

Interesses poderosíssimos enraizados lá fora – fora da região e até do país! – manipulam com habilidade o sentimento da população, que, domesticada, não enxerga sequer um palmo além dos parques e tacanhos benefícios imediatistas que a seduzem. Desta vez, sob o manto diáfano de uma consulta democrática, vem aí, de novo, o tacão do autoritarismo antidemocrático.